

PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIFERENCIADOS PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS EM DOURADOS, MS: UMA RESPOSTA AO DIREITO À EDUCAÇÃO

Marta Coelho Castro Troquez (UFGD)
martatroquez@gmail.com

Ao longo de séculos no Brasil, os povos indígenas foram submetidos a diferentes práticas coloniais, que incluíram as de escolarização. Tais práticas foram orientadas pelo paradigma civilizatório, da aculturação e/ou da integração destes à sociedade nacional em detrimento da sua diversidade linguística e cultural.

Apesar das sucessivas práticas desfavoráveis à reprodução dos seus modos próprios de existir e de proposital extermínio linguístico e cultural, muitos povos e línguas indígenas resistiram. Há no Brasil, em torno de um milhão e 700 mil indígenas (IBGE, 2022) e 350 línguas. A população indígena do estado de Mato Grosso do Sul (MS) beira a cento e dezessete mil pessoas. A Reserva Indígena de Dourados, MS, tem uma população multiétnica, formada por famílias Kaiowá, Guarani (Ñandeva) e Terena, e é a mais populosa do estado de MS.

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos povos indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada com respeito a seus processos próprios de aprendizagem e com o uso de suas línguas e culturas. Isto representou uma ruptura com as práticas coloniais instauradas desde o início do processo de colonização (Troquez; Nascimento, 2020; Lima; Troquez, 2024).

A partir da Constituição Federal de 1988, outros documentos legais foram criados no sentido da instituição de políticas públicas para a regularização e construção de escolas indígenas comunitárias, específicas, diferenciadas, interculturais e bilíngues/multilíngues; o que incluía/inclui programas de formação específica de professores indígenas, a construção de currículos diferenciados, a produção e utilização de materiais escolares diferenciados, construídos nas e/ou a partir das línguas e culturas dos povos a quem se destinam (Troquez, 2019).

Uma política importante, entre outras, foi a instituição, pelo MEC, em 2013, da Ação Saberes Indígenas na Escola, por meio da Portaria nº 1.061, de 30 de outubro de 2013. A ação foi regulamentada pela Portaria nº 98, de 6 de dezembro de 2013. De acordo com a Portaria nº 98/2013, Art. 2º, a ação tem como objetivos: promover a formação continuada

de professores, oferecer recursos didáticos e pedagógicos diferenciados, oferecer subsídios à elaboração de currículos e práticas pedagógicas, “fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena” (BRASIL, 2013).

Com a instituição de políticas de educação diferenciada, os professores indígenas, em colaboração com as universidades e assessores, vêm elaborando materiais diferenciados para suas escolas. Contudo, este processo é lento, pois nem sempre há recursos para impressão e publicação dos materiais produzidos. A escassez de material diferenciado, com conhecimentos produzidos nas línguas indígenas ou a partir delas e que contemplem as histórias, os modos de interagir com o meio ambiente, as criações artísticas e culturais destes povos, é constantemente verificada (Lima, 2024).

No sentido de denunciar a situação de risco de extinção a que estão sujeitas a maioria das línguas nativas do mundo e de garantir sua perpetuação - isto inclui as línguas indígenas brasileiras -, a UNESCO proclamou, a partir de 2022, a Década Internacional das Línguas Indígenas.

Neste contexto, desenvolvemos, o projeto “língua e cultura Kaiowá e Guarani no contexto escolar: produção de livros diferenciados para as escolas indígenas” (2022-2025), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo objetivo principal tem sido: reunir e ampliar o material existente nas e sobre as línguas Guarani e Kaiowá. A metodologia empregada na pesquisa é orientada, em linhas gerais pelos pressupostos qualitativos da pesquisa-ação, entendida como processo formativo, no sentido de criar novas possibilidades de aprendizado para as partes envolvidas e por técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa foi submetida e aprovada no comitê de ética em pesquisa com seres humanos (CEP/CONEP), via Plataforma Brasil.

O projeto em questão insere-se no âmbito da implementação das políticas, na articulação entre órgão de financiamento federal (CNPq), universidade (UFGD), Secretaria Municipal de educação de Dourados, MS, escolas da educação básica (escolas indígenas de Dourados) e pesquisadores, acadêmicos, docentes indígenas e não indígenas.

A realização do projeto busca atender ao direito à educação no sentido de responder a demandas da educação diferenciada para indígenas, como garantido na legislação educacional do país no que diz respeito à produção de materiais diferenciados para as escolas indígenas; também resulta na expansão de conhecimentos sobre as/das e/ou nas

línguas e culturas indígenas. Como processo formador, possibilita aos/as envolvidos/as a ampliação e a aquisição de novos conhecimentos e a consolidação de um grupo interdisciplinar para prosseguimento em trabalhos futuros que trarão contribuições à área da Educação, mais especificamente, à Educação Escolar Indígena.

Como resultados do projeto, entre outras produções acadêmicas (orientações de trabalhos de Iniciação científica, dissertações, artigos submetidos a publicação, trabalhos em eventos), foi possível contribuir para a conclusão dos dicionários Kaiowá-Português (Chamorro, 2023; Chamorro, 2024); estamos produzindo dicionários escolares Kaiowá para uso de crianças das séries iniciais do ensino fundamental, os quais devem ser concluídos em 2025; e um livro didático bilíngue de literatura com recurso a textos em língua e cultura Kaiowá produzidos por indígenas e não indígenas. Nossa pretensão foi e é, em coautoria com professores e professoras indígenas, elaborar mais materiais didáticos específicos e interculturais para o fortalecimento de currículos diferenciados nas escolas indígenas. Boa parte desse material está sendo produzido na língua materna dos professores Kaiowá e de suas turmas.

Imediatamente após a conclusão do projeto, prevista para 2025, os resultados poderão ser aplicados para solução de um problema prático que é o uso dos materiais nas escolas e demais instituições de ensino e pesquisa. Alguns produtos já estão em uso pelos docentes, como o dicionário Kaiowá-Português. Com a realização deste projeto ficou mais evidente:

1. A escassez e a necessidade da produção de materiais diferenciados para as escolas indígenas;
2. A necessidade de cursos de formação e/ou oficinas voltadas à utilização dos materiais já produzidos nos diferentes programas e ações possibilitados pelas políticas públicas de diferença;
3. A complexidade e a grandeza do desafio à frente para os pesquisadores e equipe envolvidos com esta tarefa, pois demanda saberes específicos sobre os povos, suas línguas e as culturas em questão; saberes sobre produção de materiais escolares (livros didáticos, dicionário escolar); habilidades para estabelecer parcerias/assessorias, para envolver os docentes indígenas e para conhecer suas necessidades e/ou demandas escolares;
4. A riqueza da língua Kaiowá (na qual estão sendo produzidos os materiais) e as inúmeras possibilidades de trabalhos que podem ser realizadas em torno desta língua;

5. A potencialidade do trabalho em equipe e a riqueza de possibilidades que um trabalho colaborativo proporciona no sentido de produção, reorganização, tradução, revisão, escritas e reescritas; tudo lindo, como diz o Kaiowá: “iporã”;

6. A necessidade de conhecermos melhor como se dá a circulação e os usos dos livros e materiais diferenciados que estão sendo produzidos a partir de diferentes projetos e/ou programas;

7. A necessidade de buscarmos financiamentos junto a outros programas para a publicação/impressão futura de materiais que resultarão do projeto;

8. Há necessidade de dar continuidade e ampliar este projeto, no sentido de pensarmos nos três povos presentes na Reserva Indígena de Dourados, nas suas escolas diferenciadas e nas suas línguas e culturas.

Entendemos que há muito a ser feito ainda no sentido da garantia do direito à educação diferenciada para indígenas como proposta na legislação. Sobretudo, no que diz respeito aos 305 povos indígenas brasileiros, suas escolas, suas línguas, histórias e culturas. Há que se pensar em políticas de financiamento para produção e a publicação dos materiais que são produzidos nos diferentes programas e/ou projetos. Importante ressaltar que realizamos este projeto com verba de pesquisa do Edital Universal do CNPq.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/SECADI. **Portaria nº. 98, de 6 de dezembro de 2013**. Brasília, DOU de 09/12/2013, nº 238, Seção 1, pág. 28.

CHAMORRO, Graciela. **Dicionário Kaiowá-Português**. Belo Horizonte: Javali, 2023.

LIMA, Rafaela Bayerl de. **Materiais didáticos para alfabetização nas escolas indígenas da cidade de Dourados – MS**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de pós-graduação mestrado e doutorado em educação, Faculdade de Educação, UFGD, 2024.

LIMA, Rafaela Bayerl de; TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Por uma educação escolar indígena decolonial. **Inter-Ação**, Goiânia, v.49, n.2, p. 1429-1445, maio/ago. 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v49i2.79512>>. Acesso em: 25 out. 2024.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Currículo e materiais didáticos para a educação escolar indígena no Brasil. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.9, n.25, p. 208-221, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/11102>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro; NASCIMENTO, Adir Casaro. (Des)colonização, interculturalidade crítica e escola indígena na contemporaneidade. **Educação Unisinos**, v. 24, 2020. Disponível em:
<<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.15/60747811>>. Acesso em: 30 nov. 2021.